



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2368, DE 2023

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para estender a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para os rendimentos do trabalho percebidos pelos contribuintes acometidos por câncer.

**AUTORIA:** Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que *altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências*, para estender a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para os rendimentos do trabalho percebidos pelos contribuintes acometidos por câncer.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:

“**Art. 6º** .....  
.....

XXIV – os rendimentos do trabalho percebidos por pessoas acometidas por neoplasia maligna, com base em conclusão da medicina especializada.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que trata do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), são isentos do pagamento desse tributo os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional e de outras doenças graves, como câncer.

Contudo, a nosso ver, tal disposição legal é injusta, visto que as pessoas que lutam contra o câncer não sofrem com desequilíbrio financeiro apenas quando estão aposentadas. Ao contrário, os trabalhadores ativos, além

de terem que passar pelas duras rotinas de tratamento contra a doença, têm de realizar grandes gastos com a terapêutica ao mesmo tempo que dividem suas preocupações com a obrigação de garantir o sustento de suas famílias.

Assim, os custos para a manutenção da saúde também se impõem para os que ainda cumprem expediente laboral, de tal maneira que é preciso prover isonomia legal a essas pessoas que, apesar de seu estado clínico, ainda têm que se manter na ativa.

Quanto ao impacto financeiro, apresentamos a nota de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 88/2022, a consultoria cita: “(...)assim, parece-nos aceitável supor que impacto financeiro-orçamentário fique em torno de R\$ 2 bilhões por ano no período 2023-2025. Para fins de comparação, o Anexo de “Renúncia de Receita Administrada pela RFB e Previdência” que acompanha o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023 projeta um gasto tributário de R\$18,9 bilhões sobre o Imposto sobre a Renda Pessoa Física associado a aposentadoria por moléstia grave ou acidente(...)”.

Por essas razões, apresentamos a presente propositura, que tem a intenção de tão somente atenuar o peso do fardo tributário colocado também sobre os trabalhadores que passam por esse momento delicado em relação a sua saúde.

Certos dos benefícios que nossa iniciativa trará, apelamos a nossos pares para que seja aprovada.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO PL/RJ

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.713, de 22 de Dezembro de 1988 - Legislação Tributária Federal - 7713/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1988;7713>
- art6